



ARTIGO/DOSSIÊ

# O ENCONTRO CULTURAL DE DIFERENTES MARGENS GEOGRÁFICAS ATRAVÉS DA ESCRITA DE PAULINA CHIZIANE E CHIMAMANDA NGOZI ADICHIE

ÁUREA SANTOS

## Áurea Santos

Doutora em Estudos Portugueses e Românicos, pela Universidade de Lisboa, 2023.

Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – Campus Teresina Central.

Pesquisadora do grupo de pesquisa “Crítica Feminista e Autoria Feminina: cultura, memória e identidade”.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5291644045092832>.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-2692-7221>.

E-mail: [aureasantos@ifpi.edu.br](mailto:aureasantos@ifpi.edu.br).

**Resumo:** Este artigo propõe um cotejamento das temáticas presentes nas narrativas de Paulina Chiziane e de Chimamanda Ngozi Adichie, nos romances *Niketche – uma história de poligamia*, *Ventos do Apocalipse*, *A Cor do Hibisco* e *Meio Sol Amarelo*; duas escritoras africanas, com produções no período pós-colonial de Moçambique e da Nigéria, respectivamente. Aspectos como a cultura, a tradição, os feitos da colonização, as opressões patriarcais, a rigidez nos costumes da sociedade em que vivem e o difícil acesso à educação formal interferem na consolidação da produção literária de mulheres africanas. Entretanto, quando as mulheres negras escrevem e se movem, elas movimentam toda

a estrutura social, como afirma Angela Davis (2016). A análise considerou as especificidades das sociedades moçambicana e nigeriana, das possibilidades e dos desafios que Paulina Chiziane e Chimamanda Ngozi Adichie vivenciaram diante do cenário literário de seus países, bem como a relação que as duas escritoras têm com as línguas em que escrevem suas obras. Ativistas ou não, Chiziane e Adichie retiram da margem suas culturas, tradições, histórias e vozes para desmistificar a literatura africana e a “história única” que foi contada sobre as mulheres negras africanas durante muito tempo.

**Palavras-chave:** Paulina Chiziane. Chimamanda Ngozi Adichie. Literatura Africana. Estudo Comparado. Escritoras Negras.

**Abstract:** This article proposes a comparison of the themes present in the narratives of Paulina Chiziane and Chimamanda Ngozi Adichie, in the novels *Niketche – uma história de poligamia*, *Ventos do Apocalipse*, *A Cor do Hibisco*, and *Meio Sol Amarelo*; two African writers, with productions in the post-colonial period of Mozambique and Nigeria, respectively. Aspects such as culture, tradition, effects of colonization, patriarchal oppression, rigidity in the customs of the society in which they live, and difficult access to formal education interfere with the consolidation of the literary production of African women. However, when black women write and move, they move the entire social structure, as Angela Davis (2018) states. This analysis considered the specificities of Mozambican and Nigerian societies, the possibilities and challenges that Paulina Chiziane and Chimamanda Ngozi Adichie experienced in the face of the literary scene of their countries, as well as the relationship that the two writers have with the languages in which they write their works. Activists or not, Chiziane and Adichie pull their cultures, traditions, histories and voices from the margins to demystify African literature and the “unique story” that has been told about black African women for a long time.

**Keywords:** Paulina Chiziane. Chimamanda Ngozi Adichie. African Literature. Comparative Study. Black Women Writers.

A Literatura Comparada atravessa fronteiras, sejam elas geográficas ou linguísticas. Ao realizar uma análise comparada, é necessário dialogar com a diferença, com o *outro*. Neste artigo, temos duas *outras*, duas escritoras africanas negras, que cruzaram o limite do que podiam ou não escrever, cujos povos foram considerados inferiores por terem sido medidos com a régua eurocêntrica no que se refere à produção de literatura escrita. Ao invés de serem avaliadas com suas próprias características, as produções artísticas e culturais africanas foram demonizadas e excluídas, modificadas e substituídas pelo que se considerava ser a única forma de existir.

Paulina Chiziane e Chimamanda Ngozi Adichie exemplificam a diferença em vários sentidos. A começar, com o atravessamento das fronteiras nacionais, pois são originárias de países distintos, localizados em costas opostas do continente africano. Não falam nem escrevem no mesmo idioma e enfrentaram desafios diferentes para publicar seus romances.

Chiziane e Adichie, com os romances que discutimos, são duas das escritoras que analisam o mundo criticamente, convidando-nos, leitores e leitoras, a compartilhar suas percepções lúcidas. Elas representam vozes femininas que se insurgiram contra as desigualdades e fortaleceram a luta para a consolidação das sociedades após a independência do poder colonial, expondo as duplas formas de opressão que atingiam, e ainda atingem, as mulheres em África – gênero e raça, corpo e território.

É importante que sejam as próprias mulheres a relatar as histórias de opressão que são esquecidas nos relatos oficiais, pois estes desconsideram que as mulheres, em geral, vivem, como um grupo oprimido pela estrutura social, as mesmas violências. Denunciar as

opressões que as mulheres vivem e lutar por igualdade de gênero são motes do movimento feminista. Entretanto, muitas das escritoras africanas não se reivindicam feministas, apesar de demonstrarem preocupação com a posição das mulheres quando expõem a cruel herança colonial que as subalterniza.

Mesmo quando bell hooks (2019, p. vii) afirma que “o movimento feminista acontece quando grupos de pessoas se juntam com uma estratégia organizada, com vista a adotar medidas para a eliminação do patriarcado”, não é possível pensar no feminismo como uma teoria única e amplamente aceita em todo o mundo, visto que há vários conceitos nesse movimento, que nunca foi unificado.

A nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie afirma, com todas as letras, que é feminista, e sua produção literária incentiva a discussão sobre formas de viver e compartilhar os ideais de igualdade entre homens e mulheres, empoderando e exaltando o quanto as mulheres podem e devem ter sua autonomia respeitada e validada.

In 2003, I wrote a novel called *Purple Hibiscus*, about a man who, among other things, beats his wife, and whose story doesn't end too well. While I was promoting the novel in Nigeria, a journalist, a nice, well-meaning man, told me he wanted to advise me (Nigerians, as you might know, are very quick to give unsolicited *advice*). He told me that people were saying my novel was feminist, and his advice to me – he was shaking his head sadly as he spoke – was that I should never call myself a feminist since feminists are women who are unhappy because they cannot find husbands. So, I decided to call myself a Happy Feminist. (ADICHIE, 2014, p. 3)<sup>1</sup>

---

1 “Em 2003, escrevi um romance chamado *A cor do hibisco*, sobre um homem que, entre outras coisas, bate na esposa e cuja história não termina muito bem. Enquanto eu estava promovendo o romance na Nigéria, um jornalista, um homem bom e bem-intencionado,

Adichie faz questão de enfatizar que ser apenas uma feminista não é suficiente. É necessário também “contaminar” outras mulheres com a ideia de que a luta por direitos é necessária, sem assumir o estereótipo sexista de que mulheres feministas são ranzinhas, masculinizadas e infelizes.

A moçambicana Paulina Chiziane já declarou que não gosta que seu trabalho seja rotulado de feminista. Após o lançamento de seu primeiro romance, *Balada de amor ao vento* (1990), a autora declarou que esse é um livro com bastante foco na temática do feminino de forma que, nas palavras da autora: “a minha mensagem é uma espécie de denúncia, é um grito de protesto” (CHIZIANE, 1994, p. 298).

As mulheres vão conquistando direitos, mas ainda há muitos desses altares [masculinos]. O que eu quero dizer com isto? Sempre vivi com as mulheres da minha família, a minha avó e a minha mãe. O meu pai era imigrante, trabalhava na África do Sul. O meu mundo foi o das mulheres, um mundo onde muitos lugares estavam barrados. Então, se vou escrever alguma coisa, eu vou escrever o mundo que conheço. Às vezes, os leitores pensam que quando se escreve sobre a vida das mulheres é uma questão de feminismo ou de militância. Não, estou apenas a escrever o mundo em que nasci e cresci. Mas sem dúvida que, com isso, falo dos nossos sonhos. (CHIZIANE, 2022)

Apesar de reforçar que apenas relata sua realidade, sem necessariamente levantar bandeiras de ativismo, a declaração de

---

me disse que queria me aconselhar (Os nigerianos, como você deve saber, são muito rápidos em dar conselhos não solicitados). Ele me disse que as pessoas estavam dizendo que meu romance era feminista, e seu conselho para mim – ele estava balançando a cabeça tristemente enquanto falava – que eu nunca deveria me chamar de feminista, já que feministas são mulheres infelizes porque não conseguem encontrar maridos. Então, decidi me chamar de uma Feminista Feliz” (CHIZIANE, 2014, p. 3, tradução nossa).

Chiziane, no trecho acima, retirado de uma entrevista, não camufla a resistência diante do termo feminismo.

Essa resistência, provavelmente, deve-se ao fato de que o movimento feminista, como conhecemos hoje, o qual teve o seu início no final do século XIX, com a primeira onda, capitaneado por mulheres burguesas brancas e ocidentais, não levou em consideração as condições de vida de mulheres negras. As mulheres negras que antes eram escravizadas e que, depois, foram segregadas estiveram sempre à margem da luta por direitos iguais de cidadania, melhores condições de trabalho, e por direitos políticos como o de votar e representar interesses nos parlamentos.

O discurso de Sojourner Truth, na Conferência pelos Direitos das Mulheres, intitulado *E não sou uma mulher?* (1851), exemplifica o lugar o qual as mulheres negras ocupavam na luta feminista no final do século XIX. Enquanto ideais de fragilidade e de delicadeza eram associados às mulheres brancas, as mulheres negras não eram nem consideradas dignas de cuidado. As mulheres negras tinham “menos valor” que as mulheres brancas. Assim, a luta feminista no início do século XX buscava a emancipação daquelas que eram realmente consideradas “mulheres”.

Quando mulheres negras, também ocidentais, começaram a questionar, teorizar e publicar sobre o que logo se denominou de *feminismo negro*, em meados do século XX, o foco era apontar as vivências que as mulheres negras experienciavam diante de uma dupla camada de opressão, a raça e o gênero.

A professora e filósofa estadunidense Angela Davis, em sua obra *Mulheres, raça e classe* (2016), afirma que a pauta da população negra não estava incluída nas discussões organizadas pelas mulheres que

lideraram o movimento sufragista. As denúncias das mulheres negras contra o racismo e a discriminação de gênero não eram acatadas. Davis ainda afirma que as feministas brancas que organizavam o movimento não se importavam nem mesmo com a classe trabalhadora branca.

Essa segregação dentro do movimento feminista desconsiderou, mesmo que de forma equivocada, as diferenças sociais e econômicas entre as mulheres, não as homogeneizando.

Por outro lado, como argumenta a professora e pesquisadora Chandra Mohanty, em seu artigo *Under western eyes: feminist scholarship and colonial discourses* (1988), a visão de que a luta de um grupo supriria a necessidade de todos os outros ou que, pelo menos, era a única reivindicação que importava reforça uma visão colonial que “se apropriou das pluralidades dos diferentes grupos de mulheres, usurpando-as de sua agência histórica e política”, colocando as feministas ocidentais (brancas e burguesas) no lugar de *sujeitos*, enquanto as mulheres do “terceiro mundo” não saem do lugar de *objetos* (MOHANTY, 1988, p. 79).

Lélia Gonzalez, antropóloga brasileira, enfatiza que “a tomada de consciência da opressão ocorre, antes de tudo, pelo racial” (apud BAIROS, 2000, p. 56), determinando que o racismo é uma prioridade na luta das mulheres negras, uma vez que dentro do movimento feminista há um grupo dominante, o das mulheres brancas.

Considerando que mulheres negras reivindicavam pautas específicas, que envolviam a luta por direitos iguais aos dos homens e direitos iguais aos das pessoas brancas na sociedade, temos uma intersecção de opressões que estava intimamente ligada à vida após a abolição da escravidão.

Destarte, a pesquisadora e advogada feminista Kimberlé Crenshaw cunhou o termo *interseccionalidade* para designar o cruzamento das formas de opressão que atingem as mulheres negras na sociedade.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177)

As discriminações de gênero e de raça que atingem as mulheres negras não ocorrem apenas como uma hierarquia. A interação entre essas categorias de opressão é o que molda e mantém as desigualdades e violências.

[...] many of the experiences Black women face are not subsumed within the traditional boundaries of race or gender discrimination as these boundaries are currently understood, and that the intersection of racism and sexism factors into Black women's lives in ways that cannot be captured wholly by looking at the race or gender dimensions of those experiences separately. I build on those observations here by exploring the various ways in which race and gender intersect in shaping structural, political, and representational aspects of violence against women of color. (CRENSHAW, 1991, p. 1244)<sup>2</sup>

2 “[...] muitas das experiências que as mulheres negras enfrentam não estão incluídas nos limites tradicionais de discriminação de raça ou gênero, como esses limites são atualmente entendidos, e que a interseção de fatores de racismo e sexismo na vida das

O termo criado por Crenshaw contribui para que haja uma diversificação do movimento feminista, que ainda insiste em tratar a mulher como uma categoria unitária, um sujeito político unívoco. Como enfatizado pela filósofa brasileira Djamila Ribeiro (2018), a interseccionalidade dá voz e representação às especificidades das mulheres e precisa ser uma prioridade no agir para combater as desigualdades, posto que raça, classe e gênero são indissociáveis.

Mesmo com o avanço dos estudos feministas e da vertente do feminismo negro, as mulheres em África não necessariamente se identificam com essas teorias. Isso se deve ao fato das questões relativas às mulheres africanas terem ficado em segundo plano para as ativistas europeias e estadunidenses, uma vez que muitos países de África ainda eram colônias de potências europeias e discutir direitos iguais para mulheres africanas colonizadas era algo muito distante.

Mais distante ainda era o conhecimento sobre a cultura e as relações sociais nas colônias em África, pois muitas teóricas ocidentais tinham pouco ou nenhum conhecimento sobre a organização social nos vários países de África, ou, quando tinham, era uma visão romantizada sobre o continente.

Dessa forma, o estudo comparado de Paulina Chiziane e Chimamanda Ngozi Adichie destaca o diálogo que essas autoras propõem sobre temas comuns às suas vivências, ao mesmo tempo em que aproximam suas culturas e desconstroem a ideia ocidentalizada de que só há uma África, homogênea e ultrapassada.

---

mulheres negras de maneiras que não podem ser capturadas totalmente ao olhar para as dimensões de raça ou gênero dessas experiências separadamente. Eu construo essas observações aqui explorando as várias maneiras pelas quais raça e gênero se cruzam na formação de aspectos estruturais, políticos e representacionais da violência contra mulheres de cor” (CRENSHAW, 1991, p. 1244, tradução nossa).

A Literatura Comparada, hoje, deve, portanto, levar em conta a extraordinária movência da contemporaneidade e as passagens inter e transculturais que estão na gênese das literaturas em escala planetária, mas, sobretudo, das literaturas das Américas, cujo passado colonial e escravocrata foi marcado por intensas transferências multi, inter e transculturais, de onde extraíram características de heterogeneidade e inovação. (BERND, 2013, p. 214)

A teórica brasileira Zilá Bernd (2013) chama a atenção para as Américas, mas essa preocupação pode ser, tranquilamente, estendida às literaturas produzidas em nações africanas que, por seu passado colonial, também foram impactadas pelas culturas “dominantes”, excluídas e ressignificadas a partir do processo de descolonização.

A literatura africana foi, por muito tempo, considerada inferior à produzida nas metrópoles ocidentais. Essa literatura enfrentou muitos empecilhos para ser reconhecida e valorizada, ao mesmo tempo em que era dominada pela perspectiva masculina até meados do século XX, relegando as escritoras e personagens femininas a segundo plano.

Nesse período, foi possível observar como a produção literária de autoria masculina retratava as mulheres africanas, especialmente as mulheres negras, como indivíduos passivos, submissos e ignorantes. Esse distanciamento da realidade e o exaustivo domínio colonial, que se estendeu por séculos, provocaram a ascensão de mulheres escritoras, as quais passaram a lutar lado a lado com os homens pela independência de seus países, bem como começaram a contar suas próprias histórias e as de seus países a partir das suas perspectivas particulares.

As vozes femininas enriqueceram a literatura africana. Várias escritoras expressaram suas preocupações e sonhos, violências e realizações, na poesia e na prosa, nas biografias e na ficção. Essas

escritoras passaram a escrever sobre o tratamento opressivo das sociedades patriarcais, sobre o papel das mulheres nas sociedades africanas e começaram a retratá-las através de personagens divergentes.

Embora a emancipação feminina seja uma pauta do movimento feminista, muitas escritoras africanas não adotam para si essa denominação, como uma forma de rebater e distanciar-se do movimento feminista ocidental. Mesmo assim, as temáticas de diversas obras da literatura africana incluem a maternidade, o casamento, a vida em família, a violência doméstica, as guerras civis e a independência financeira de mulheres que vivem tanto em centros urbanos quanto em áreas rurais.

Mesmo tentando desprender-se do movimento político e social que é o feminismo, diversas narrativas discutem a busca pela emancipação e pela igualdade de direitos para as mulheres em uma sociedade política e economicamente gerida por homens. Essa sociedade patriarcal e colonial utiliza o gênero como forma de opressão e de discriminação. Os vários feminismos existentes em África, em geral, buscam distanciar-se da visão ocidental, enquanto permanecem na luta por justiça e igualdade entre homens e mulheres nas sociedades pós-coloniais.

Assim, com base na identificação de romances africanos de autoria feminina, com temáticas que discutem o papel da mulher, examinamos os romances *Ventos do Apocalipse* (1999), *Niketche – uma história de poligamia* (2008), de Paulina Chiziane, *A Cor do Hibisco* (2019) e *Meio Sol Amarelo* (2017), de Chimamanda Ngozi Adichie, com as diversas personagens femininas que se revezam no protagonismo das narrativas, evidenciando a polifonia desses textos, nos quais várias vozes se cruzam e se neutralizam (DIONÍSIO, 2011, p. 335).

Essas personagens não andam sozinhas. Algumas vezes, personagens masculinos se destacam, sempre carregados de ideologias diversas e de estereótipos, mas são as personagens femininas que, pela intersecção de diálogos, promovem um encontro entre as várias vozes que constroem a tessitura da narrativa.

Esse encontro ocorre tanto nos romances de Paulina Chiziane quanto nos de Chimamanda Ngozi Adichie. Criadoras e questionadoras, essas escritoras recorrem à denúncia para expor a desvalorização da mulher, enquanto firmam-se como intelectuais, alcançam o reconhecimento e destacam-se no cânone literário africano e até mundial.

Chiziane e Adichie refletem sobre suas próprias existências, destacando as experiências vividas por elas de forma muito próxima dos acontecimentos, mesmo sem a intenção de copiar a realidade que as rodeia, mas sem deixar de lado a sociedade em que vivem, desenvolvendo a sua escrita como um tipo de *escrevivência* (EVARISTO, 2009).

Dessa forma, as obras de Chiziane e de Adichie promovem um encontro transcultural de literaturas, culturas e idiomas distintos, posto que a transculturalidade implica a existência de travessia de fronteiras, em que duas culturas se entrelaçam e promovem o encontro de alteridades.

O encontro entre Chiziane e Adichie acontece ao aproximar as duas escritoras e sua produção literária, limitada a dois romances de cada uma, com um olhar cuidadoso para que, nesse contato, as realidades distintas provoquem a inquietação necessária nas ideias pré-concebidas e nas visões de mundo engessadas.

O processo migratório que propomos, de uma margem à outra do continente africano, instrumentaliza a aproximação de conhecimentos, ideias e culturas, e nos mostra como “não há mais nada absolutamente estrangeiro, nem exclusivamente próprio” (WELSCH, 1999, p. 198). A proximidade entre as temáticas desenvolvidas nas narrativas de Chiziane e Adichie são tão palpáveis que se complementam, ampliando horizontes e identidades.

Paulina Chiziane e Chimamanda Ngozi Adichie atuam na formação de uma ideia de nacionalidade que expõe as feridas provocadas pelos séculos de colonialismo e que contribuem para a consolidação de um sentimento nacionalista, a exemplo das narrativas sobre guerra civil, um acontecimento que vitimou moçambicanos e nigerianos.

Os romances de Paulina Chiziane foram escritos e publicados após as lutas pela independência de Moçambique, movimento do qual ela participou ativamente, e após a guerra civil. Por outro lado, Adichie não vivenciou guerra civil em seu país, mas isso não a impediu de publicar romances sobre essa temática, com detalhes que beiram o realismo.

A publicação dos romances que tratam da temática da guerra civil tanto em Moçambique quanto na Nigéria são formas de recuperar a memória coletiva sobre esse momento trágico da história de seus países, para que não caiam no esquecimento e no silêncio da história, dois “mecanismos de manipulação da memória coletiva” de um povo (LE GOFF, 1990).

Outro tema abordado por Chiziane e Adichie, como representantes da literatura nacional de seus países, é o resgate da ideia de africanidade que sobreviveu ao colonialismo, através das vozes de personagens que foram excluídas socialmente durante

muito tempo – as mulheres. Ao mesmo tempo, as duas escritoras venceram os obstáculos da falta de reconhecimento que as acompanharam no início de suas carreiras.

Paulina Chiziane enfrentou enormes dificuldades para ser levada a sério com a sua escrita, sendo descredibilizada desde a sua primeira publicação, em Moçambique. A falta de incentivo e de apoio locais, mesmo após ter conseguido publicar dois romances, diminuiu bastante quando ela participou da Feira do Livro de Frankfurt, no final da década de 1990, e seus romances passaram a ser publicados em Portugal e traduzidos para vários outros idiomas. Em 2003, ela recebeu o Prêmio José Craveirinha por *Niketche – uma história de poligamia* e, anos depois, foi agraciada com o Prêmio Camões (2021). Chiziane mora em Moçambique, atualmente, e participa de eventos literários pelo mundo.

Os dois primeiros romances da carreira literária de Chimamanda Ngozi Adichie foram acompanhados de prêmios literários: *A Cor do Hibisco* recebeu o Commonwealth Writers' Prize (2003) e *Meio Sol Amarelo* foi premiado com o Orange Prize (2006). Além deles, o romance *Americanah* (2013) recebeu o US National Book Critics Circle Award e foi nomeado um dos dez melhores livros de 2013 pelo jornal *The New York Times*. Esses prêmios a elevaram a uma categoria de reconhecimento diferente das escritoras nigerianas que a precederam por ter tido uma divulgação mundial quase que imediata.

Apesar dos prêmios, nem tudo são flores na carreira de Adichie, que precisou sair da Nigéria e começar uma nova vida nos Estados Unidos, onde concluiu seu percurso acadêmico e recebeu bolsas de estudo para desenvolver sua escrita. Adichie vive em trânsito entre os EUA e a Nigéria, e mantém uma forte ligação com a sua cultura e idioma de origem.

Ambas as escritoras, premiadas e reconhecidas para além das fronteiras de seus países, questionam os valores vigentes na sociedade, quebram estereótipos e desvelam as mazelas sociais a que são submetidas às mulheres, evidenciando outro olhar sobre Moçambique e sobre a Nigéria, de modo que uma nova versão da história seja contada.

A vivência delas em relação aos problemas reais de seus países é expressa nos seus romances, através de fatos históricos reais que se mesclam com a ficção nas narrativas. É relevante observar que, mesmo com a temática do feminino em suas obras, nenhuma das autoras nos apresenta uma escrita panfletária. Ao contrário, os dramas e as tragédias vividas atingem homens e mulheres, ricos e pobres, jovens e velhos, urbanos e rurais.

É interessante observar que, quando o termo panfletário é utilizado para qualificar produções literárias, uma designação pejorativa emerge, pois a ideia do texto panfletário é questionar pontos que sustentam as bases opressoras da sociedade, seja o racismo, o sexismo ou a desigualdade social.

Uma sociedade que se beneficia da opressão de grupos vulneráveis não aceita que seus próprios modos operacionais sejam questionados. Para os que se encontram em posições de poder e de decisão sobre o que deve ser consumido ou não, a solução é menosprezar a qualidade da produção intelectual de grupos marginalizados para que ela não seja lida nem reproduzida.

Felizmente, Paulina Chiziane e Chimamanda Ngozi Adichie conseguiram ultrapassar o crivo das críticas contra sua escrita e se estabeleceram como vozes relevantes na literatura africana pós-colonial, revelando que a estética de sua produção literária é recheada

de holofotes para os problemas sociais e políticos das sociedades moçambicana e nigeriana.

A literatura africana pós-colonial e a política estão conectadas de tal forma que a produção literária carrega em si as discussões que moldam a sociedade e as pessoas que fazem parte dela. Não é possível a literatura articular as demandas sociais sem que o viés político esteja presente.

O fato de uma escritora negra africana escrever e publicar suas obras é, em si, uma revolução política diante do passado colonial que várias nações de África vivenciaram.

[...] a good deal of postcolonial writing is imbued with political message – indeed, in postcolonialism politics is inextricably intermixed with aesthetics. Or rather, aesthetics is at the service of the political. These writers produce their literature with a view to declaring to the rest of the world that, although they may be writing in a language that was originally passed on to them by their erstwhile colonial masters with the explicit purpose of subjugating them and keeping them in that position, they are not there to reiterate and reproduce the values and mores that the language imposed upon them, but thwart those very values and mores from within their own premises. (RAJAGOPALAN, 2009, p. 130)<sup>3</sup>

Além do viés político, o teórico Kanavillil Rajagopalan (2009) chama a atenção para a língua imposta pelo colonizador e o uso

3 “[...] boa parte da escrita pós-colonial está imbuída de mensagem política – de fato, no pós-colonialismo a política está inextricavelmente misturada com a estética. Ou melhor, a estética está a serviço do político. Esses escritores produzem sua literatura com o objetivo de declarar ao resto do mundo que, embora possam estar escrevendo em uma língua que lhes foi originalmente transmitida por seus antigos senhores coloniais com o propósito explícito de subjugar-los e mantê-los naquela posição, eles não estão lá para reiterar e reproduzir os valores e costumes que a linguagem lhes impôs, mas frustrar esses mesmos valores e costumes de dentro de suas próprias premissas” (RAJAGOPALAN, 2009, p. 130, tradução nossa).

que os escritores pós-coloniais fazem dessas línguas como forma de se apoderarem de um instrumento de opressão para resgatar sua própria identidade.

A pesquisadora Inocência Mata (2009, p. 16) reforça a ideia da língua imposta como meio de assimilação cultural e, por isso, de “alienação psicocultural”, ao mesmo tempo em que línguas nativas eram proibidas, o que atrasou o desenvolvimento de uma comunidade de falantes de línguas nativas e limitou a capacidade de expressão cultural do povo africano.

A saída que os povos africanos encontraram foi fazer o que Rajagopalan (2009) descreve como apropriação da língua do colonizador para diluir os valores coloniais em busca de emancipação e afirmação identitária, utilizando-se das suas vozes para um fim social de resgate da cultura ancestral e transferindo-a às gerações seguintes.

As literaturas pós-coloniais emergiram de uma experiência de colonização, em que um dos principais factores da opressão imperial foi o controlo da língua. O sistema educativo estabeleceu um padrão da língua metropolitana como norma, e as ‘variantes’ eram consideradas marginais. A função crucial da língua como meio de poder e de dominação é uma das questões que anima a teoria pós-colonial: as novas literaturas distinguem-se pela apropriação da língua do centro ex-imperial, adaptando-a localmente. Este processo implica duas noções: a de abrogação ou rejeição da língua normativa, e a de apropriação ou reconstituição da língua do centro, remodelando-a em novos usos. (LEITE, 2018, p. 37)

O pensamento da teórica Ana Mafalda Leite (2018) vai ao encontro das ideias de Rajagopalan (2009) e reforçam a noção de que a língua e, conseqüentemente, a literatura são marcas significativas

da identidade nacional. A apropriação e a remodelação das línguas europeias de acordo com as necessidades dos povos africanos fazem com que essa língua tenha um novo uso, uma outra função.

Como resultado dos processos históricos pelos quais grande parte dos países africanos passou, a literatura africana, que se tornou conhecida pelo mundo, vem sendo amplamente escrita nas línguas coloniais de europeus e árabes, sobretudo inglês, francês, árabe e português, desconsiderando muitas línguas nativas, embora com algumas características das tradições orais africanas.

Em uma das conversas com a escritora moçambicana Paulina Chiziane, em sua passagem por Portugal, em maio de 2022, ela mencionou que não optou por escrever em português. Essa era simplesmente a única opção, visto que, mesmo conseguindo falar sua língua nativa, o chope, ela tinha sido alfabetizada em português, aprendendo a ler e a escrever no idioma colonial que era ensinado na escola.

Ao iniciar sua produção literária, a escrita em língua portuguesa se fez presente, sendo depois traduzida para o alemão, espanhol, francês, italiano, sérvio e inglês. Apesar da “praticidade” de escrever em um idioma oficial de seu país, Chiziane também já mencionou, em diversas entrevistas a vários meios de comunicação, que algumas expressões só fazem sentido no seu idioma nativo.

A nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie argumentou, de forma semelhante, sobre não escrever em sua língua nativa, o igbo, porque também aprendeu a ler e a escrever, desde cedo, em língua inglesa, fazendo uso do igbo apenas para encontros familiares e com amigos em momentos de descontração.

Assim, por mais que escritores como Ngugiwa Thiong'o (1994) argumentem sobre a autenticidade da literatura africana poder ser validada a partir do uso das línguas indígenas, essa opção ainda é inviável devido ao pouco ou nenhum investimento para o ensino das línguas nativas, desde cedo, nas escolas em vários países africanos.

A relação que tanto Chiziane como Adichie têm com a escrita em língua colonial é muito similar, mesmo com anos de diferença entre elas, mesmo com as vivências locais em seus países de origem, mesmo com a vontade de se expressar nas suas línguas maternas.

Elas são apenas dois exemplos em um continente imenso que possui dezenas de escritores e escritoras que produzem em línguas europeias, mas que não se afastam da identidade africana, mesmo que não escrevam por meio de línguas indígenas.

Durante séculos, os povos africanos transmitiram de geração para geração uma tradição oral literária em suas várias línguas nativas. Nos dias de hoje, a literatura escrita produzida em África ainda caminha junto à tradição oral africana, em uma tentativa de construir e consolidar o que se denomina de *identidade africana*. Portanto, o escritor é um agente social indispensável no processo de consolidação dessa identidade que existe sob a sombra do passado.

A função social que Chiziane e Adichie exercem, enquanto escritoras ou contadoras de histórias, coloca-as em uma posição em que não é possível, simplesmente, eximir-se da preocupação com os problemas locais.

Dessa forma, os leitores dos seus próprios países passam a se identificar com a narrativa, a partir do momento em que os personagens lhes parecem familiares, compondo o sentido do texto (COMPAGNON, 1999).

Essa simbiose entre escritora, obra e leitor torna ainda mais autêntica a experiência literária, visto que a literatura é um reflexo da sociedade em que o escritor vive e o texto literário promove a conexão entre leitor e escritor (BARTHES, 2008).

Paulina Chiziane e Chimamanda Ngozi Adichie, como mulheres africanas negras, conhecem de perto as experiências coloniais e pós-coloniais as quais as mulheres foram submetidas em seus países.

A necessidade de um movimento pela justiça de gênero se fez necessário com o fim do Estado colonial. Ainda assim, a promoção dos direitos das mulheres e o acesso a oportunidades econômicas não aconteceram de imediato. Aliás, ainda hoje, essas são áreas deficitárias em vários países africanos, especificamente em Moçambique e na Nigéria, a exemplo dos dados sobre analfabetismo entre as mulheres.

Uma vez que este artigo se dedica à literatura nos dois países, um ponto a ser levado em consideração é se a população local tem conhecimento linguístico suficiente para ler as obras das autoras estudadas. Afinal, o público interno é o principal público-alvo da produção literária de escritores e escritoras africanos na pós-colonialidade.

As mulheres moçambicanas e nigerianas continuam a enfrentar violência generalizada de gênero, bem como desafios socioeconômicos desde os conflitos civis que, supostamente, melhorariam as relações de opressão e exploração. Essas experiências interseccionais pós-coloniais e o papel das relações de poder e de gênero duradouras são outros elementos transculturais que Chiziane e Adichie abordam em seus textos.

Uma das noções que a colonização introduziu no sistema educacional foi que os meninos são superiores às meninas e deveriam liderar a família; portanto, o sistema escolar beneficiaria mais os meninos. Da mesma forma, as meninas deveriam ficar em casa para

praticar e aperfeiçoar suas habilidades domésticas que incluíam como se comportar como donas de casa cristãs que sabiam costurar, cozinhar e manter uma higiene adequada (AZUIKE, 2009). Ler e escrever, portanto, eram “coisas de menino”.

Essas ideologias criaram uma enorme lacuna de gênero entre meninos e meninas que persiste até hoje. Esse viés de gênero apoiou e reforçou a noção de que as mulheres eram fracas e que poderiam ser tratadas com violência. Em uma sociedade que já permitia agressões contra a mulher, em nome de “assuntos de família”, tais noções apenas degradavam ainda mais o status das mulheres.

A violência contra a mulher é exemplificada em cada um dos romances discutidos: o estupro como arma de guerra em *Meio Sol Amarelo*, a exploração do corpo feminino em *Ventos do Apocalipse*, a violência doméstica em *A Cor do Hibisco* e o abuso nas relações interpessoais em *Niketché – uma história de poligamia*.

Apesar dos personagens masculinos também vivenciarem atos de violência contra eles e até a morte, as formas de violência são diferentes entre os sexos, uma vez que “diferentes significados são atribuídos aos corpos femininos e masculinos” (COCKBURN, 1999, p. 11). Essa é uma realidade dos verdadeiros cenários de guerra e não poderiam ser descritos de forma diferente nos romances *Meio Sol Amarelo* e *Ventos do Apocalipse*.

Por outro lado, como Paulina Chiziane já mencionou, as mulheres não eram apenas vítimas. E ela retrata bem essa outra face do papel da mulher em uma guerra em *Ventos do Apocalipse*, em que as mulheres, muitas vezes, não apenas atuavam como combatentes ou defensoras dos movimentos de libertação, mas também como apoiadoras das milícias que saqueavam, invadiam e destruíam

comunidades inteiras. É o caso da personagem Emelina que, para vingar-se da comunidade que a humilhou, ajuda na sua destruição sem que ninguém antecipe o ataque.

As escritoras e ativistas Amina Mama e Margo Okazawa-Rey (2012, p. 116) revelam histórias sobre mulheres “cometendo vários atos de violência” ou lucrando com a economia política do conflito na África, bem como sendo igualmente capazes de cometer atrocidades. Esse aspecto da relação entre gênero e violência muitas vezes não é considerado, revelando como muitos estudos se concentram apenas em mostrar a mulher como vítima, fato que se estende a vários romances, especialmente no que se refere à literatura africana.

Em *Meio Sol Amarelo*, com o cenário da guerra civil como fundo, apesar de não nos apresentar personagens femininas ambíguas, Chimamanda Ngozi Adichie nos traz personagens que atuam como verdadeiros escudos humanos contra os horrores da guerra, encarando as possibilidades de morte de frente. As irmãs gêmeas Olanna e Kainene, bem resolvidas e independentes, não hesitam em proteger os seus, mesmo que isso custe suas próprias vidas.

Apesar de publicado antes de *Meio Sol Amarelo*, a narrativa de *A Cor do Hibisco* se situa no período após a guerra civil, em que o governo ditatorial já se instalou na Nigéria, mas as mulheres continuam subordinadas ao casamento e às tradições existentes em torno dele. No romance, Beatrice Achike, uma das personagens principais, após anos de uma vida sem voz e sem vez, provoca uma revolução doméstica silenciosa e lenta ao envenenar seu marido e libertar toda a família das inúmeras agressões diárias.

Esse desvio no caminho de um casamento considerado perfeito por quem não presenciava as constantes agressões, traumas e

humilhações expõe a solidez da estrutura social que não impede que mulheres sejam abusadas e violentadas diariamente por seus maridos e ainda sintam-se envergonhadas ao reclamar da situação em que vivem.

Chimamanda Ngozi Adichie liberta essa personagem por meio de uma atitude chocante – a morte do marido por envenenamento. Entretanto, o choque não parece ser o mesmo quando uma mulher sofre repetidas agressões.

A normalização da violência de gênero sai da realidade para ficção e vice-versa. Com a dominação colonial diretamente relacionada ao poder patriarcal, a relação familiar abusiva tem um final feliz pelas mãos de uma mulher, a mais subserviente da narrativa. Uma clara sugestão de que a revolução é (ou deve ser) feminina.

Paulina Chiziane também assassina o personagem masculino principal de *Niketche – uma história de poligamia*, porém, esse assassinato não é do corpo, mas da reputação. O veneno que o mata moralmente é o que ele mesmo produziu.

Rami une-se às outras mulheres/amantes do seu marido, um exemplo de sororidade, e elas promovem uma revolução que as tornam livres econômica e emocionalmente. Após momentos de raiva, lágrimas, julgamento, desaparecimento e arrependimento, ainda há um último golpe quando Rami conta ao marido que o filho que ela espera não é dele, a humilhação final. Mais uma mulher promovendo a revolução.

A união entre mulheres negras, a sororidade, também está presente em *Meio Sol Amarelo* quando, por exemplo, Olanna é traída, mas ao invés de indignar-se com a mulher com quem o namorado a traiu, ela a acolhe por perceber a relação de desigualdade existente

entre eles. A atitude de Olanna tem um marcador feminista ao cobrar dele a responsabilidade e o compromisso de manter-se leal a ela.

Em *Ventos do Apocalipse*, as personagens femininas que tentam realizar suas próprias vontades são as que sofrem alguma penalidade. Não há grandes revoluções nem mesmo quando as mulheres se unem. Ao contrário, as personagens mantêm-se com uma certa estabilidade por toda a narrativa, em uma tentativa de sobreviver à guerra mais do que provocar uma mudança social, representando “a força da mulher” frente aos acontecimentos cruéis de uma guerra civil (FREITAS, 2012, p. 70).

Os romances estudados ilustram como as autoras superam a visão estereotipada das mulheres na literatura moçambicana e nigeriana, muitas vezes, colocando-as como uma voz ativa a fim de redefinir a mulher na literatura africana contemporânea. A multiplicidade de personagens femininas retrata a variedade de vivências na vida real das mulheres em Moçambique e na Nigéria.

Tanto Chiziane quando Adichie projetam personagens femininas que poderiam exalar rivalidade entre si, mas são exemplos de como a união entre mulheres fortalece todas, livrando-as da repressão, incluindo e promovendo a independência e o empoderamento. Ao mesmo tempo, as autoras demonstram o que acontece quando as mulheres, submetidas à lógica colonial, são silenciadas e desaparecem diante de sua própria existência.

Para as mulheres africanas que foram invisibilizadas e cuja representação sempre foi uma construção masculina, a produção literária de Adichie e Chiziane opõe-se ao colonialismo como definidor do papel da mulher negra na literatura africana, invadindo o cânone masculino e ocidentalizado.

A ideia de mulher associada à Mãe-África é mais um resquício do discurso colonial que considera esse continente como uma terra “passiva” à espera de ser ocupada, invadida, resgatada da selvageria. A mesma narrativa é atribuída à mulher, na lógica imperial e patriarcal, quando ela deve manter sua ingenuidade e obediência sem jamais ousar rebelar-se contra a ocupação do seu corpo e da sua mente, aceitando a sua própria desumanização.

Ao subjugar e restringir as mulheres africanas, tanto na vida real quanto nas narrativas literárias, a sociedade patriarcal despertou nas escritoras uma escrita afiada que rejeita as normas existentes e a autoridade colonial. A marginalização das mulheres na literatura escrita em África era apenas um reflexo do afastamento que as mulheres sofriam em outros setores da vida em sociedade.

Na representação colonial, a exclusão, a supressão e o rebaixamento podem muitas vezes ser, literalmente, vistos no corpo. Do ponto de vista do colonizador, especificamente, os medos e as curiosidades sobre o “estranho”, o “selvagem” ou o “primitivo” são expressos em descrições de imagens físicas concretas que exprimem o paradoxo entre sedução e repulsa sobre a imagem do outro, muitas vezes, emudecido.

Dominar o corpo é violentá-lo. Assim, no discurso colonial, em oposição ao colonizador (homem, branco, detentor do conhecimento e do controle), o *outro* é lançado como carnal, indomável, instintivo, cru e, portanto, passível de ser dominado, disponível para uso, para cultivo, para numeração, marcação, catalogação, posse, penetração. Narrativas de exploradores e viajantes europeus são exemplos de textos que exploravam o corpo de homens e mulheres das colônias, como se esses corpos estivessem disponíveis para o deleite de quem os via.

Isso se tornou ainda mais evidente com a exibição de mulheres e homens que os europeus consideravam “exóticos” nas chamadas “exposições coloniais” pela Europa, que mais pareciam zoológicos humanos, a exemplo de Saartjie Baartman, uma mulher sul-africana que foi exposta como um objeto, sem direito à sua própria identidade ou ao seu nome, passando a ser conhecida como a “Vênus Hotentote”, sendo levada a Londres e Paris para ser exibida no início do século XIX.

Sob o domínio colonial, tais representações do corpo colonizado se justificavam como parte crucial do projeto imperial. Ao serem classificados apenas como um corpo exótico, os povos africanos eram definidos como instintivos, mudos e inarticulados. Essa representação carrega uma autoridade completa, não podendo ser contestada pelo *outro*.

Com o fim do colonialismo, o corpo colonizado passou a reclamar sua existência enquanto sujeito, expondo as cicatrizes coloniais, ao mesmo tempo em que reclamava a sua história. Como confirmação disso, nas narrativas nacionalistas pós-coloniais, houve uma inversão de pontos de vista, uma transfiguração do silêncio com o corpo colonizado que passou a falar, curando suas feridas.

Homens sofreram com essa objetificação juntamente com as mulheres. Entretanto, elas ainda precisaram reverter a dupla objetificação que as considerava mais frágeis e vulneráveis, ao mesmo tempo que as oprimia sexualmente, um “dualismo mente/corpo usado para justificar as desigualdades sociais” (XAVIER, 2007, p. 20).

Esse processo de recuperação e emancipação da própria voz levou à produção literária, apesar de condições sociais e econômicas diversas impedirem que todos os indivíduos, que foram objetificados

pelo poder colonial, conseguissem representar a si mesmos. As mulheres, por exemplo, só conseguiram ganhar visibilidade muito tempo depois de já haver uma literatura escrita por homens consolidada. A produção literária pós-colonial ampliou a latitude dos discursos temáticos nos quais elas se engajam.

Além de escrever sobre maternidade, educação infantil e questões de violência masculina e dominação, as escritoras africanas escrevem sobre política, guerra e economia, áreas que eram vistas como exclusivas da literatura escrita por homens.

As questões de discriminação e desvalorização da mulher são temas recorrentes na escrita de Chiziane e de Adichie e promovem um debate através de personagens femininas insubordinadas, com potencialidades e aptidões que sacodem as bases da sociedade patriarcal. A insubordinação das personagens as leva a buscar a liberdade, a emancipação e a segurança de ser dona do seu próprio destino.

Rami, Julieta, Luísa, Saly, Mauá, Minosse, Wusheni, Emelina, Kambili, Beatrice, Amaka, Ifeoma, Olanna e Kainene, mulheres que são nomeadas nos romances estudados, têm um percurso delineado pela desobediência, pela transgressão aos valores religiosos e sociais vigentes nas sociedades em que vivem. Esses valores incluem a necessidade de casar, de permanecer casada, de aceitar qualquer comportamento do marido, de sofrer agressões sem reclamar, de aceitar traições, de servir como “bode expiatório” para os problemas do mundo, de não se aliar a outras mulheres para se fortalecer.

De acordo com a teórica Helen Chukwuma, as personagens citadas passam por situações de conflitos externos que, mais tarde, se transformam em conflitos internos, levando-as à revolução em suas vidas para introduzir mudanças e ajustes, fazendo com que suas vozes

sejam ouvidas, “rejeitando o *status* de inferioridade em que vivem e buscando reconhecimento” (1994, p. ix).

Através da literatura, Adichie e Chiziane elevam a mulher negra africana e suas contribuições que as estabelecem como outras vozes da literatura africana, oferecendo ao leitor “uma visão concentrada da experiência feminina na literatura onde as mulheres desempenham papéis cruciais [...] uma perspectiva equilibrada do que significa ser mulher” (CHUKUKERE, 1994, p. 101).

A resistência de sua escrita, de um modo geral, desafia crenças, tradições e valores que colocam as mulheres em posições inferiores na sociedade patriarcal em termos de serem ouvidas, tomarem decisões, fazerem escolhas. Ao dizer não ao sistema patriarcal e aos valores que continuam a enfraquecer, subjugar e minar a dignidade da mulher, elas demonstram uma recusa política, moral, intelectual e espiritual de sucumbir a qualquer forma de violência ou opressão.

A escrita promove um processo de descoberta, emancipação e recuperação da dignidade, privacidade e liberdade do indivíduo. As mulheres africanas que escrevem, especialmente no período pós-colonial, usam a literatura como forma de emancipação dos abusos, da discriminação e da opressão histórica, estrutural e sistemática.

As experiências interculturais e intergeracionais pelas quais as escritoras africanas passam, quando começam a escrever e dialogar com outras escritoras de África e da diáspora, formam o alicerce cultural para as gerações futuras, para o futuro das mulheres africanas. Um futuro no qual a resistência e a luta podem dar lugar à paz produtiva e igualitária com os homens, como defendem algumas correntes de feminismos em África.

Apesar da escrita como forma de resistência não estar disponível para todas as mulheres africanas, elas ainda podem ser ouvidas através das vozes de escritoras como Paulina Chiziane e Chimamanda Ngozi Adichie.

As desigualdades de oportunidades ainda silenciam inúmeras mulheres que precisam de um espaço seguro para se manifestarem.

Eu ia morrer, mais cedo ou mais tarde, tendo ou não me manifestado. Meus silêncios não me protegeram. Seu silêncio não vai proteger você. Mas a cada palavra verdadeira dita, a cada tentativa que fiz de falar as verdades das quais ainda estou em busca, tive contato com outras mulheres enquanto analisávamos as palavras adequadas a um mundo no qual todas nós acreditávamos, superando nossas diferenças. E foi a preocupação e o cuidado dessas mulheres que me deram força e me permitiram esmiuçar aspectos essenciais da minha vida. (LORDE, 2019, p. 25)

A ativista e escritora Audre Lorde destaca que, além da necessidade de se expressar, o que contribui para o fortalecimento das mulheres, especialmente as mulheres negras, é a união com outras mulheres, a sororidade – ou seria dororidade? (PIEIDADE, 2019).

Essa união funciona como um espaço seguro para que elas possam expressar suas necessidades, desejos, tristezas e alegrias, umas para as outras e para o mundo, em uma relação transnacional, intergeracional e transcultural. Assim, urge a necessidade de mais mulheres negras escreverem sobre si e sobre o mundo, em África, e para isso, é necessário que a educação seja um projeto definitivo para essa parcela da população.

Como mulheres negras escritoras e africanas, Chiziane e Adichie são conscientes de sua arte e do alcance que ela tem, levam em

consideração vários problemas sociais em suas sociedades e situam a sua consciência em busca de soluções para a situação da mulher africana no contexto global mais amplo do imperialismo e do neocolonialismo.

Paulina Chiziane e Chimamanda Ngozi Adichie escrevem sobre si e sobre o seu entorno nos romances aqui discutidos, e continuam a fazê-lo em suas outras produções literárias que incluem contos, poemas, manifestos, ensaios e mais romances. Como escritoras africanas, ambas demonstram possuir a convicção que sua produção busca alcançar um público que mesmo vivendo “junto” das personagens reais descritas nos romances, ainda não se envolve na busca pela emancipação e pelo diálogo empoderador.

À luz deste argumento, portanto, observa-se que as escritoras africanas que discutem esses temas, mesmo que de forma ocasional, enveredam pela crítica feminista, ao propor e efetuar diversas estratégias de combate ao machismo dirigido contra as mulheres através de crenças populares, práticas culturais e ideologias sexistas.

Sua escrita retrata personagens femininas que empregam todos os seus recursos – intelecto, força física e méritos – para atingir a autorrealização e contribuir para o desenvolvimento da sociedade. Como escritoras e críticas sociais, as mulheres negras africanas que escrevem têm o potencial de criar um ambiente vibrante no qual a busca por igualdade de gênero prospera na escrita.

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *We Should All Be Feminists*. Vintage Books. New York: Random House, 2014.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Meio Sol Amarelo*. Tradução de Tânia Ganho. Lisboa: D. Quixote, 2017.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *A Cor do Hibisco*. Tradução de Tânia Ganho. Lisboa: D. Quixote, 2019.

AZUIKE, Maureen Amaka. Women's Struggle and Independence in Adichie's *Purple Hibiscus* and *Half of a Yellow Sun*. *African Research Review: An International Multidisciplinary Journal*, v. 3, n. 4, p. 79-91, 2009. Available at: <https://www.ajol.info/index.php/afrev/article/view/47548>. Accessed on: 10 July 2022.

BAIRROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn C. *O livro da saúde das mulheres negras – nossos passos vêm de longe*. Rio de Janeiro: Criola/Pallas, p. 42-61, 2000.

BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. Tradução de J. Guinsburg. 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

BERND, Zilé. Afrontando fronteiras da literatura comparada: da transnacionalidade à transculturalidade. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, v. 1, n. 23. Rio de Janeiro: Abralic, p. 211-222, 2013. Disponível em: <https://abralic.org.br/downloads/revistas/1415580298.pdf>. Acesso em: 8 set. 2021.

CHIZIANE, Paulina. Entrevista. In: CHABAL, Patrick. *Vozes Moçambicanas – Literatura e Nacionalidade*. Lisboa; Vega, p. 292-301, 1994.

CHIZIANE, Paulina. *Ventos do Apocalipse*. Lisboa: Caminho, 1999.

CHIZIANE, Paulina. *Niketche – uma história de poligamia*. 4.ed. Lisboa: Caminho, 2008.

CHIZIANE, Paulina. Paulina Chiziane: o canto das pessoas comuns – Entrevista a Luis Ricardo Duarte. *Jornal de Letras*, 2022. Disponível em: <https://visao.sapo.pt/jornaldeletras/letras/2022-01-13-paulina-chiziane-o-canto-das-pessoas-comuns/>. Acesso em: 1 mar. 2022.

CHUKUKERE, Glória Chineze. Feminist consciousness and the realistic impulse in the writing of Grace Ogot. In: CHUKWUMA, Hellen (Ed.). *Feminism in African literature: Essays on criticism*. Enugu: New Generation Books, p. 100-114, 1994.

CHUKWUMA, Helen. *Feminism in African Literature: Essays on criticism*. Enugu: New Generation Books, 1994.

COCKBURN, Cynthia. *Gender, Armed Conflict and Political Violence*. Background Paper, The World Bank, June 10<sup>th</sup>-11<sup>th</sup>, p. 1-26, 1999. Available at: <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/summary?doi=10.1.1.194.5670>. Accessed on: 30 feb. 2021.

COMPAGNON, Antoine. *O Demônio da Teoria: literatura e senso comum*.

Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241–1299, 1991. Available at: <https://doi.org/10.2307/1229039>. Accessed on: 6 jan. 2022.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011>. Acesso em: 10 maio 2021.

DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. Tradução de Heri Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIONÍSIO, Rita de Cássia. Em que ponto da cruz se esconde o drama que essas mulheres tecem. In: ARRUDA, Aline Alves; NEVES, Ana Carolina Barreto; DUARTE, Constância Lima; PAIVA, Kelen Benfenatti; PEREIRA, Maria do Rosário Alves (Orgs). *A escritura no feminino: aproximações*. Florianópolis: Editora Mulheres, p. 335-344, 2011.

EVARISTO, Conceição. Questão de pele para além da pele. In: RUFFATO, Luiz. (Org.). *Questão de pele – contos sobre preconceito racial*. Rio de Janeiro: Questão Geral, p. 19-37, 2009. Disponível em: <http://www.linguageral.com.br/site/downloads/titulos/77.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

FREITAS, Savio Roberto Fonseca de. *A condição feminina em Balada de amor ao vento, de Paulina Chiziane*. 2012. 171f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

HOOKS, bell. *Teoria Feminista: da margem ao centro*. Coleção Palavras Negras. São Paulo: Perspectiva, 2019.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LEITE, Ana Mafalda. *Cenografias Pós-Coloniais & Estudos sobre Literatura Moçambicana*. Lisboa: Edições Colibri, 2018.

LORDE, Audre. *Irmã outsider*. Tradução de Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MAMA, Amina; OKAZAWA-REY, Margo. Militarism, conflict and women's activism in the global era: challenges and prospects for women in three West African contexts. *Feminist Review*, n. 101, p. 97-123, 2012. Available at: <http://www.jstor.org/stable/41495235>. Accessed on: 2 aug. 2022.

MATA, Inocência. No fluxo da resistência: A literatura, (ainda) universo da reinvenção da diferença. *Revista Gragoatá*, Niterói, n. 27, p. 11-31, 2009. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33104/19091>. Acesso em: 9 jan. 2021.

MOHANTY, Chandra Talpede. Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. *Feminist Review*, n. 30, 1988. Available at: <https://link.springer.com/article/10.1057/fr.1988.42>. Accessed on: 31 aug. 2022.

PIEADADE, Vilma. *Dororidade*. São Paulo: Editora Nós, 2019.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Arundhati Roy: Translation as a way of resistance and self-affirmation in postcolonial writing. *Tradução & Comunicação*. Revista Brasileira de Tradutores, Campinas, n. 19, p. 129-138, 2009. Disponível em: <https://seer.pgsskroton.com/traducom/article/view/2026>. Acesso em: 10 jul. 2022.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

THIONG'O, Ngũgĩ Wa. *Decolonizing the Mind: The Politics of Language in African Literature*. Harare: Zimbabwe Publishing House, 1994.

TRUTH, Sojourner. *E não sou uma mulher*, 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 19 fev. 2023.

WELSCH, Wolfgang. *Transculturality: The Puzzling Form of Cultures Today*. In: FEATHERSTONE, Mike; LASH, Scott (Ed.). *Spaces of Culture: City – Nation – World*, London: Sage, p. 194-213, 1999. Available at: [http://www.westreadseast.info/PDF/Readings/Welsch\\_Transculturality.pdf](http://www.westreadseast.info/PDF/Readings/Welsch_Transculturality.pdf). Accessed on: 1 July 2022.

XAVIER, Elódia. *Que corpo é esse? – o corpo no imaginário feminino*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.